



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOMMEZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pregão Presencial nº 026/2022

Processo n.º 2022.021.000145-1-PR

Data: 22/11/2022

Pregão Presencial SRP n.º 026/2022

Processo n.º 2022.021.000145-1-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado n.º 47, Parque Santo Amaro, Telefone n.º (22) 98175-0911,** será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial** sob a forma de **Registro de Preços, EXCLUSIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA** cujo Edital recebeu o n.º **026/2022**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal n.º 065, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e suas alterações, regulamentada pela Lei Municipal n.º 8.768, de 11/08/2017, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei n.º 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 10 de março de 2023**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração de Enquadramento para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo VII

1.4.8- Termo de Referência - Anexo VIII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 60
Processo nº	Rubrica: Ep.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de gás liquefeito de petróleo para utilização nos equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS)**, conforme descrito nos Anexos I e VIII deste Edital.

2.2- A quantidade é estimativa máxima para fornecimento, em conformidade com a legislação em vigor. **O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS não está obrigado a adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a NÃO aquisição.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1 - A participação neste Pregão é exclusiva para MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVAS EQUIPARADAS, conforme instituído pelo art. 48, I da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e Art. 55 da Lei Municipal n.º 8.768/17.

3.1.2 - Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame definidas no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

3.1.3 - Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI aptos a participar do presente certame aqueles definidos no Art. 18A da Lei Complementar n.º 123/06 e regulamentado na Lei Complementar n.º 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

3.1.4 - Equiparam-se as ME e EPP as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

3.1.5 - Deverão apresentar a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI - o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.

Comissão Permanente de Licitação Processo nº	Fls. Pregão Presencial nº 026/2022 Rubrica: <i>ELP</i>
--	---

Processo n.º 2022.021.000145-1-PR
Data: 22/11/2022

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.1-1. Quando **Microempreendedor Individual**, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI (www.portaldoempreendedor.org.br);

4.1.1-2. Quando o licitante for **Cooperativa Equiparada** deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;

b. **Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento este a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.**

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.2.1 As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem, em separado dos envelopes de proposta e documentação, os seguintes documentos: cópia autenticada do contrato social (ou instrumento equivalente); declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (com firma reconhecida) - Anexo V; e declaração de enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI.

4.3- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.4- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal n.º 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal n.º 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (o pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende,

INTEGRALMENTE, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Encerrado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente à sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio dos envelopes, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.2.1, deverão encaminhar **cópia autenticada do contrato social (ou instrumento equivalente), declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (com firma reconhecida) - Anexo V e declaração de enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI**, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos três documentos em tela acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a(s) declaração(ões)

supramencionada(s), poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei n.º 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação

final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.14- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.15- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1** deste Edital.

7.16- Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.17- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.18- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.18.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.18.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.19- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.20- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo pregoeiro.

7.21- Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços do FMAS, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

7.22- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

7.23- O pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.24- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2.1- Quando **Microempreendedor Individual**, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI (www.portaldoempreendedor.org.br);

8.1.2.2- Quando o licitante for **Cooperativa Equiparada** deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n.º 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 – No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 – A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo

facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.18**.

8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(s) efetivamente vencido(s) pela empresa.

8.3.1.1- Caso a comprovação seja realizada através do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3.1.2- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como detentor do registro.

8.3.1.3- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); procederá conforme definido na parte final do subitem 7.19 (em cada item, conforme o caso), devendo, após encerrada a etapa de lances, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

8.3.1.4- Fica estipulado que ocorrendo o disposto no subitem 8.3.1.2, e estando a empresa sem representação (independente do motivo), a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.3.2- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.2.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.

8.3.2.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.2 e 8.3.3, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.3- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta

deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.3.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.2 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 – Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, este último com firma reconhecida, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória, materiais semelhantes ao objeto deste edital. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou o(s) serviço(s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente);

8.4.2 – Declaração fornecida pela ANP (conforme Portaria ANP n.º 297, de 18/11/2003 ou Portaria MINFRA n.º 843/90), autorizando o licitante a fornecer o objeto da licitação.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 – As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto

no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começara a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **no fornecimento**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelos Programas de Trabalho **08.122.0095.4174.0000**, **08.244.0038.2120.0000** e **08.244.0042.2116.0000**, pela Natureza de Despesa **339030-04** e Fontes de Recurso **133 e 229**.

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE ENTREGA

12.1.1- O prazo para entrega do objeto será de 02 (dois) dias corridos, **conforme item 9 do Termo de Referência (Anexo VIII)**, elaborado pelo **Fundo Municipal de Assistência Social**.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir a partir da emissão da Ordem Formal de Fornecimento emitida pelo **Fundo Municipal de Assistência Social (Anexo VIII do edital)** ou da entrega da Nota de Empenho.

12.1.3- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

12.1.4- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.5- Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

12.2- LOCAL DE ENTREGA

12.2.1- O vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado, conforme item 9 do Termo de Referência, elaborado **Fundo Municipal de Assistência Social (Anexo VIII do edital)**.

12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma parcial.

13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, o FMAS convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.1.1 - Ao assinar a Ata da Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

13.1.2 - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

13.1.3 - O compromisso de fornecimento será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

13.2 - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

13.5 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, conforme item 6 do Termo de Referência, elaborado pelo **Fundo Municipal de Assistência Social** (Anexo VIII do edital).

13.6 - A empresa que tenha seu preço registrado obrigará-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da Contratante para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14.1.1 - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.

15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

15.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n.º 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou através do seguinte email: pregao@campos.rj.gov.br.**

15.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

16- DO VALOR

16.1- O valor total estimado pelo **Fundo Municipal de Assistência Social** para esta licitação é de **R\$ 57.506,80 (cinquenta e sete mil, quinhentos e seis reais e oitenta centavos)**.

17- DO PAGAMENTO

17.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **CONTRATANTE** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após a entrega.

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

17.4- O pagamento da parcela será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

17.6- - O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa da **CONTRATANTE**, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao mesmo.

17.7- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

17.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

17.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

17.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

18- DO REAJUSTAMENTO

18.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.



19.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscite a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

19.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

19.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

19.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

19.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 22 de novembro de 2022.

Rodrigo Nogueira de Carvalho
- Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social -



Anexo I - Proposta Comercial

<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u> (conforme especificações do item 3 do Termo de Referência)	<u>QUANT</u>	<u>UNID</u>	<u>MARCA</u>	<u>PREÇO</u> <u>UNITÁRIO EM</u> <u>ALGARISMO</u> (R\$)	<u>PREÇO TOTAL</u> <u>EM</u> <u>ALGARISMO</u> (R\$)
01 - Item exclusivo (art. 48, I, LC n.º 123/06)	Gás liquefeito de petróleo - GLP, composição básica de propano e butano (gás de cozinha). Unidade de fornecimento: botija com 13 Kg retornável.	320	UND			
02 - Item exclusivo (art. 48, I, LC n.º 123/06)	Gás liquefeito de petróleo - GLP, composição básica de propano e butano (gás de cozinha). Unidade de fornecimento: cilindro com 45 Kg, retornável.	40	UND			
				VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$		

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial n.º 026/2022, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial n.º 026/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, sobretudo do Termo de Referência elaborado pelo **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E A
EMPRESA _____.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com sede na _____, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o n.º _____, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, _____, e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ neste ato representada pelo Sr. _____, portador do documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2022**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal n.º 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo n.º **2022.021.000145-1-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **aquisição de gás liquefeito de petróleo para utilização nos equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS)**, conforme descrito nos Anexos I e VIII do edital e, em especial, na Nota de Empenho n.º ____/20__.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto, no processo n.º **2022.021.000145-1-PR** e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital n.º 026/2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ _____ (_____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho _____ respectivo e pela Natureza de Despesa N.D. _____, com cobertura através da Nota Empenho n.º _____ de 202__.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega do material objeto deste contrato será de 02 (dois) dias corridos, conforme item 9 do Termo de Referência, elaborado pelo Fundo Municipal de Assistência Social (Anexo VIII do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão n.º 026/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA e respectivos anexos do processo administrativo n.º 2022.021.000145-1-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

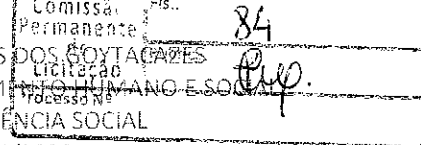
Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Contratante:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contratada:

Testemunhas:



Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo) CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a) portador (a) da Cédula de Identidade n.º e CPF sob o n.º, a participar da Licitação instaurada pelo Fundo Municipal de Assistência Social, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP n.º 026/2022**, supra referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial SRP n.º 026/2022

.....
(nome da empresa)

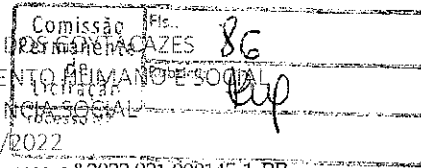
inscrita no CNPJ/MF sob o número, por intermédio de
seu representante legal o (a) Sr
(a)....., portador (a) da
Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º
....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art.
27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de
outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2022.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação (Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
(nome da empresa)
CNPJ ou CIC n.º, declara, sob as penas da Lei e em
cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520/02, que cumpre
plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO
PRESENCIAL SRP N.º 026/2022**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP **(Modelo)** **DECLARAÇÃO**

Ref.: Pregão Presencial SRP n.º 026/2022

.....
.....(razão social do licitante) com
endereço na
inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu
representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções
definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei n.º 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais
para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte
(EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal n.º
123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal n.º 8.768/17 e **não incide em**
qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar,
sendo considerada:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal n.º 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de
14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º
123, de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o
art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2022.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2022

Ao ____ dia do mês de ____ de dois mil e vinte e ____, o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrita no CNPJ n.º 01.197.548/0001-36, com sede na Travessa Santo Elias, 46 - Jardim Carioca, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28080-385, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal n.º 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal n.º 065/05, Decreto Municipal n.º 342/06, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial n.º 026/2022, para aquisição de gás liquefeito de petróleo para utilização nos equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de 12 (doze) meses.

Processo n.º 2022.021.000145-1-PR, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	

Item	Descrição do Produto	Unidade	Quantidade	Marca	Valor R\$

- 1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados de consumo, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do **FMAS**, mediante a convocação para a assinatura do contrato.
- 1.2 As quantidades do material que vierem a ser adquiridas serão definidas no respectivo contrato.
- 1.3 A entrega deverá ocorrer em conformidade com o item 8 do Termo de Referência (anexo VIII do edital).
- 1.4 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.



- 1.5 Os licitantes terão seus produtos analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão devolvidos, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação feita pelo **Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS**.
- 1.6 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.
- 1.7 O pagamento será conforme disposto no item 17 do edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 1.8 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 1.9 A presente Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.
- A empresa _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.
- Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.
- E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 202__.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa

Testemunhas: _____



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pregão Presencial nº 026/2022

Processo n.º 2022.021.000145-1-PR
Data: 22/11/2022

ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA



Comissão Permanente de Licitação	Fls. 91
Processo nº	Rep

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

Este Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições das Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, tem por objeto definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, por Sistema de Registro de Preço, pelo MENOR PREÇO, visando futura e eventual aquisição de **GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO** para utilização nos equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), em conformidade com as especificações técnicas e quantitativas deste Termo de Referência.

2 – JUSTIFICATIVA

O referido produto visa atender ao Departamento de Proteção Especial – DPSE e ao Departamento de Proteção Básica – DPSB, objetivando a manutenção dos serviços prestados por cada programa, vejamos:

A Proteção Social Especial é responsável pelo atendimento aos indivíduos e famílias em situação de violação de direitos. Os equipamentos responsáveis pelas ofertas dos serviços socioassistenciais são: CREAS I, CREAS II, CREAS III, Centro Pop, Casa de Passagem, Abrigo Lar Cidadão, Casa da Mulher Benta Pereira e Residência Inclusiva.

A tabela a seguir apresenta o movimento mensal de famílias em acompanhamento familiar pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) no ano de 2022. É importante ressaltar que por se tratar de um serviço continuado, uma mesma família pode ser contabilizada em diversos meses.

Tabela 1. Quantitativo mensal de famílias em acompanhamento pelo PAEFI, Jan. - Jun. 2022.

PAEFI	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	MÉDIA
CREAS I	190	202	200	208	217	220	206
CREAS II	219	226	232	241	254	262	239

Anna Paula Muniz Barros
Gerente de Compras
Márcia 40324



CREAS III	290	296	271	279	276	276	281
-----------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.
Relatório Mensal de Atendimento dos CREAS, 2022.

O quantitativo exato de famílias que estiveram em acompanhamento pelo referido serviço até Junho, sem repetição, pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 2. Quantitativo de famílias acompanhadas pelo PAEFI, Jan. - Jun. 2022.

PAEFI	
CREAS I	245
CREAS II	293
CREAS III	329
TOTAL	867

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.
Relatório Mensal de Atendimento dos CREAS, 2022.

No que tange ao movimento mensal de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa acompanhados pelos CREAS, estes serão apresentados na próxima tabela. É importante ressaltar que por se tratar de um serviço continuado, um mesmo adolescente pode ser contabilizado em diversos meses.

Tabela 3. Quantitativo mensal de adolescentes em acompanhamento de MSE, Jan. - Jun. 2022.

MSE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	MÉDIA
CREAS I	14	17	20	20	16	19	18
CREAS II	17	18	20	16	18	19	18
CREAS III	4	4	4	6	4	5	5

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.
Relatório Mensal de Atendimento dos CREAS, 2022.

Em relação ao quantitativo exato de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa acompanhados pelos CREAS em 2022, sem repetição, este pode ser observado na tabela a seguir.

André Luiz Mendes Botelho
Gerente de Compras
Matr. 40324



Tabela 4. Quantitativo de adolescentes em cumprimento de MSE acompanhados, Jan. - Jun. 2022.

MSE	
CREAS I	25
CREAS II	28
CREAS III	7
TOTAL	60

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.
Relatório Mensal de Atendimento dos CREAS, 2022.

O quantitativo de cestas básicas entregues pelos CREAS do município no ano de 2022 pode ser observado adiante.

Tabela 5. Quantitativo mensal de cestas básicas entregues, Jan. - Jun. 2022.

CESTAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
CREAS I	24	20	2	23	27	45	141
CREAS II	28	17	1	30	27	53	156
CREAS III	30	24	1	24	16	54	149

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.
Relatório Mensal de Atendimento dos CREAS, 2022.

Apresentaremos adiante o quantitativo de alcance dos serviços ofertados no Centro Pop, sendo estes: Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Pessoas atendidas) e Serviço Especializado em Abordagem Social (Pessoas abordadas). É possível observar a seguir o quantitativo de pessoas atendidas e abordadas por mês, cabe mencionar que uma mesma pessoa pode ser atendida e abordada em diferentes meses do ano.

Tabela 6. Quantitativo mensal de Auxílio Natalidade concedido, Jan. - Jun. 2022.

CESTAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
CREAS I	-	-	3	0	1	0	4
CREAS II	-	-	4	1	2	0	7
CREAS III	-	-	3	1	0	0	4

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.
Relatório Mensal de Atendimento dos CREAS, 2022



A próxima tabela apresenta o quantitativo de atendimentos e abordagens. É importante informar que uma mesma pessoa pode ser atendida e abordada por várias vezes dentro do mesmo mês, diante disso que apresentamos os dois dados, na medida em que a tabela 6 refere-se à pessoa sendo contada uma única vez e a tabela 7 a todos os atendimentos direcionados a estas.

Tabela 7. Movimento mensal de pessoas atendidas e abordadas no Centro Pop, Jan. - Jun. 2022.

CENTRO POP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	MÉDIA
Pessoas atendidas	102	89	134	122	120	113	113
Pessoas abordadas	118	71	94	139	144	131	116

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.
Relatório Mensal de Atendimento do Centro Pop, 2022.

Apresentaremos a seguir o movimento mensal de pessoas acolhidas nos acolhimentos da SMDHS.

Tabela 9. Movimento mensal de acolhidos, Jan. - Jun. 2022.

Acolhimentos	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	MÉDIA
Casa de Passagem	35	39	42	27	26	30	33
Lar Cidadão	21	22	23	20	20	20	21
Manoel Cartucho	48	46	37	33	33	37	39
Residência Inclusiva	11	11	11	11	11	11	11
Benta Pereira	4	6	4	5	5	3	5

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.
Relatório Mensal de Atendimento do Serviço de Acolhimento Institucional, 2022

Assessoria Municipal de Trabalho e Emprego
Campos - RJ
14/06/2022

Assessoria Municipal de Trabalho e Emprego
Campos - RJ
14/06/2022



QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS OU FAMÍLIAS ATENDIDAS E ACOMPANHADAS POR EQUIPAMENTO

Os termos de referências de AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO atendem aos acolhimentos institucionais: Casa de Passagem, Abrigo Lar Cidadão, Abrigo Manoel Cartucho, Casa da Mulher Benta Pereira, Residência Inclusiva, CREAS I, CREAS II, CREAS III e Centro Pop. Para a compreensão da quantidade dos itens para elaboração dos alimentos, contabilizamos o quantitativo das necessidades de cada Equipamento de média e alta complexidade, após avaliação do Departamento de Proteção Social e setor de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), conforme detalhamento abaixo:

QUANTITATIVO DE GÁS GLP 13

EQUIPAMENTO	MÉDIA MENSAL	MÉDIA ANUAL (Período 12 meses)
Abrigo Lar Cidadão	03	36
Casa da Mulher Benta Pereira	01	12
Casa de Passagem	04	48
CENTRO POP	01	12
CREAS I	01	12
CREAS II	01	12
CREAS III	01	12
Residência Inclusiva	01	12
TOTAL	13	156

QUANTITATIVO DE GÁS GLP 45

EQUIPAMENTO	MÉDIA MENSAL	MÉDIA ANUAL (Período 12 meses)
ABRIGO MANOEL CARTUCHO	02	24

Contudo, para justificar o quantitativo para esta licitação de aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo, levamos em consideração uma média de 200 usuários, além de considerar o histórico dos atendimentos realizados em cada modalidade da Proteção Social de média e alta complexidade.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA



Comissão Permanente de Licitação
Processo nº 96
SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL



CREAS atendem aos indivíduos e famílias de forma distinta com interrupções devido ao formato dos serviços socioassistenciais, o qual funciona de segunda a sexta-feira.

Analisando a média mensal de atendimentos e acompanhamentos, vide tabela, justificamos os quantitativos a serem licitados para suprir a necessidade dos itens de gás liquefeito de petróleo do Departamento de Proteção Social Especial.

Conforme levantamento, a quantidade a ser licitada se faz necessária para o atendimento aos usuários em acompanhamento familiar nos CREAS, nos atendimentos no Centro Pop e aos acolhidos dos acolhimentos. O cálculo utilizado para cada item corresponde à quantidade de pessoas atendidas, em previsão para 12 meses, levando em consideração a movimentação volátil do público atendido.

Já o Departamento de Proteção Social Básica abrange de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é um dos serviços oferecidos no nível da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social. Ou seja, o SCFV está vinculado aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

O SCFV deve ser desenvolvido a partir de ações preventivas e proativas, no sentido de complementar o trabalho realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é voltado a quem dele necessitar. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) cita, ainda, diversos grupos que devem ser priorizados como indivíduos pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, com deficiência.

Os grupos podem ser organizados conforme faixas etárias, da seguinte forma:

- Crianças até 6 anos.
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos
- Adolescentes de 15 a 17 anos
- Jovens de 18 a 29 anos
- Adultos de 30 a 59 anos

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Processo nº 96
Data: 20/07/2016

Assinatura de Carvany
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Matrícula 40.442



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA



Comissão
Permanente
de
Licitação
Processo nº 47
Pov.
SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL



- Pessoas Idosa

No Município de Campos dos Goytacazes, temos 782 participantes das oficinas e atividades do SCVF. Sendo participantes dos serviços (140 idosos, 349 crianças e 293 adolescentes). O serviço é organizado a partir de percursos e oficinas (esportiva/ teatro/ dança/ recreação/lazer).

Os grupos de crianças e adolescentes ocorrem três vezes na semana. Já os grupos de idosos, duas vezes na semana. Totalizando a necessidade de 9.356 (nove mil, trezentas e cinquenta e seis) unidades de lanches mês, totalizando 112.272 (cento e doze mil, duzentas e setenta e duas) unidades de lanches ano.

Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF).

O PAIF é o principal serviço desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social e este equipamento deve, obrigatoriamente, desenvolver o PAIF. Não pode haver a instalação de CRAS sem a oferta deste serviço, por meio do qual se desenvolve o Trabalho Social com Famílias.

A equipe de referência do CRAS tem uma parcela importante de responsabilidade no desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias no PAIF, pois ele é viabilizador de direitos de cidadania para indivíduos e famílias que ainda estão invisíveis ao poder público e sem acesso a algumas ofertas que são de toda a sociedade.

São realizadas ainda atividades relacionadas ao calendário da assistência social, com temas relevantes para a sociedade atual como por exemplo: dia de combate a homofobia, dia de combate ao abuso infantil, Agosto Lilás, setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul, entre outros...

Em todas as atividades coletivas dos CRAS (reuniões festivas, reuniões de acolhida, grupos dos serviços de convivência, oficinas do PAIF) são servidos lanches para os participantes dos nossos serviços.

O Município de Campos dos Goytacazes possui hoje 13 CRAS, onde acontecem duas reuniões por mês em cada equipamento com a participação de aproximadamente 60 (sessenta) pessoas, além



PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA



Comissão
Permanente
de
Licitação
Acesso 30
48
Prof.
SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL



totalizando 780 (setecentos e oitenta) participações. Em um mês, somando os treze CRAS teremos 9.360 (nove mil, trezentas e sessenta) participações. Em um ano serão 28.080 (vinte e oito mil, e oitenta) participações, ou seja, 28.080 unidades de lanches.

Os lanches, principalmente cafés, molhos para pães, caldos, pipocas são preparados nos próprios CRAS sendo necessário o gás para o preparo desses alimentos. A falta deste material também prejudica o atendimento dos técnicos e a organização do trabalho coletivo nos CRAS.

Os trabalhadores do SUAS que compõem as equipes de referência utilizam as estruturas físicas dos Equipamentos, incluindo o gás de cozinha para as rotinas de suas atividades cotidianas. A Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social possui aproximadamente 330 trabalhadores, distribuídos entre outros em: 26 Polos do Serviço de Convivência e 13 CRAS, onde estão inseridos os Trabalhadores da Proteção Social Básica, que funcionam de segunda a sexta, de 08:00 às 17:00 hs.

Dentro do SUAS, além dos assistentes sociais, há diversas outras categorias, como **psicólogos, pedagogos, educadores sociais, facilitadores sociais**, além dos auxiliares e assistentes administrativos, profissionais de limpeza e conservação e motoristas que atuam em nos Centros de Referência em Assistência Social (Cras) e Centro de Convivência.

Nesse contexto, para dar continuidade às ações da PSB e de acordo com as recomendações sanitárias, algumas medidas foram adotadas, como: a reorganização das unidades, dos atendimentos e das equipes técnicas.

Paula Maciel dos Santos
Secretaria de Campos
21.11.2022

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretaria Municipal de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA



Comissão Permanente de Licitação	Pls. 99
Processo	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	EMB.	PADARIA	SCFV CRIANÇA	SCFV IDOSOS	13 CRAS	TOTAL
1.	Gás (GLP)	13 kg	0	8 (Polo de Poço Gordo)	0	156	164
2	Gás (GLP)	P-45	16	0	0	0	16

3 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTIMADAS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT. ANUAL	UND
01- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Gás liquefeito de petróleo - GLP, composição básica de propano e butano (gás de cozinha). Unidade de fornecimento: botija de com 13Kg retornável.	320	UN
02- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Gás liquefeito de petróleo - GLP, composição básica de propano e butano (gás de cozinha). Unidade de fornecimento: cilindro com 45Kg, retornável.	40	UN

Obs: O quadro acima foi feito com base na especificação mínima do item, informado pelo Departamento requisitante, para que fosse feita a cotação prévia de mercado e chegarmos ao descritivo da proposta de preços, definido conforme a Lei Complementar 123/2006 que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

[assinatura]
Gerente de Compras

Travessa Santo Elias, nº 46, Jardim Carioca, Campos dos Goytacazes- RJ, CEP: 28.080-385
Telefone: (22) 98175-1350

[assinatura]
Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Matrícula: 40.442



4- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto deste Termo de Referência será custeado através de recursos das seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Programa de Trabalho: 08.244.0042.2116.0000

08.244.0038.2120.0000

08.122.0095.4174.0000

Natureza de Despesa: 339030-04

Fonte de recurso: 229 e 133

5- DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO A ATA POR PARTE DE OUTROS ÓRGÃOS

5.1. Por tratar-se de ata de registro de preços SRP para eventual aquisição, é possível a adesão por parte de outros órgãos, entidades, Secretarias e demais instituições da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, assim como outros entes federativos, municipais, estaduais e federais;

5.2. Caberá ao requisitante a consulta ao Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços informações sobre o quantitativo pretendido para fins de verificação da possibilidade de adesão.

6- VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

7- CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Será adotado como critério de julgamento das propostas o menor preço por item.

8. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução do objeto será de forma integral, conforme Lei 8.666/93.

9. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

O prazo para o fornecimento do objeto da Ordem de Compra (Empenho) do referido Pregão é de até 02 (dois) dias corridos, após o pedido formalizado pelo almoxarifado da SMDHS e seu fornecimento deve ser acompanhado de recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetuação da entrega, a quantidade entregue e a assinatura do responsável pelo recebimento da SMDHS.



As entregas ocorrerão diretamente nos equipamentos pertencentes à SMDHS, conforme relação de endereço abaixo, de segunda-feira à domingo das 8h às 17h (observando o horário de funcionamento dos equipamentos), exceto feriados.

ENDEREÇOS

EQUIPAMENTOS
CRAS
Esplanada: Rua Walter Sales s/n – Pq. Esplanada
Jockey: Rua Professor Álvaro Barcelos s/n – Pq. Jockey Club (antiga Virgulino Ferreira)
Ururá: Rua Engenheiro Luiz Carlos Carvalho Nº 30 - Ururá
Custodópolis: Rua Patrício Menezes nº 127 - Custodópolis
Matadouro: Rua Adão Pereira Nunes s/n - Matadouro
Morro do Coco: Av. Nilo Peçanha s/n – Morro do Coco
Travessão: Av. Antônio Luiz da Silveira nº 459 - Travessão
Penha: Rua Professor Henrique Vieira de Oliveira, nº 22 - Penha
CODIN: Rua G nº 15 - Codin
Goytacazes: Rua Ari Machado nº 75 - Goytacazes
Jd. Carioca: Travessa Santo Elias s/n – Jardim Carioca
Pq. Guarus: Rua Ibitioca nº 180 – Pq. Guarus
Chatuba: Rua Maçaranduba s/n – Cond. Oswaldo Gregório
Sede da Secretaria (SMDHS): Travessa Santo Elias nº 46, Jardim Carioca
Serv. Conv. (SCFV): Travessa Santo Elias s/n, Jardim Carioca
CREAS
CREAS I: Rua André Luiz nº 59- Jd. Carioca
CREAS II: Rua Rua Ipiranga nº 116 – Centro
CREAS III: Av. José Alves de Azevedo nº 216- Centro
EQUIPAMENTO DE ALTA COMPLEXIDADE
CASA DA MULHER: Endereço sigiloso, Centro
CASA DE PASSAGEM: Rua Pastor Fidélis Morales Bitencourt nº 154- Pq. Corrientes
RESIDÊNCIA INCLUSIVA: Rua Carlos de Lacerda nº 504 - Centro
LAR CIDADÃO: Rua Prudêncio Bessa nº 123- Pq. Aurora
CENTRO POP: Rua Barão da Lagoa Dourada nº 23- Centro
ABRIGO MANOEL CARTUCHO : Av José Alves de Azevedo, 579, Pq. Rosário
PADARIA ESCOLA: Travessa Santo Elias, s/n - Jardim Carioca

A entrega deverá ser acompanhada do original da nota fiscal, a qual registrará obrigatoriamente:

- número da nota de empenho e do contrato;
- discriminação do material encomendado e;
- dados bancários para pagamento: BANCO/AGÊNCIA/CONTA CORRENTE



PREFEITURA DE

CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA



Comissão	Fls.
Permanente	102
de	
Assessoria	
SECRETARIA MUNICIPAL	
DE DESENVOLVIMENTO	
HUMANO E SOCIAL	



Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, ou quando se verificarem danos ou imperfeições que impeçam a utilização ideal dos produtos, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas.

O silêncio da CONTRATANTE importa em aceitação dos bens apresentados.

10. FORMA DE FORNECIMENTO

10.1 - Os recipientes transportáveis cheios devem conter a mesma marca estampada no corpo, no rótulo e contêm as instruções ao consumidor e no lacre de vedação das válvulas;

10.2 - Por ocasião da troca nos equipamentos de recipientes vazios ou cheios, os mesmos deverão apresentar bom estado de conservação e ausência de vazamentos.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1- Declaração fornecida pela ANP (conforme Portaria ANP nº 297, de 18/11/2003 ou Portaria MINFRA nº 843/90), autorizando o licitante a fornecer o objeto da licitação;

11.2- Atestado (s) de Capacidade Técnica - Expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo este com firma reconhecida, comprovando que a licitante já forneceu materiais semelhantes ao objeto deste edital.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas cláusulas do futuro contrato;

12.2- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fato que, a seu critério exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

12.3- Comunicar à CONTRATADA, no prazo de 2 (dois) dias úteis, quaisquer ocorrências, para que procedam os reparos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do contrato;



PREFEITURA DE

CAMPUS

UMA NOVA HISTÓRIA



Comissão
Permanente
de
Licitação
Rubrica: 103
SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL



12.4- Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do fornecimento e as cláusulas contratuais deste instrumento, nos termos da Lei nº 8.666, de 21/06/1993;

12.5- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1- Executar o serviço descrito no objeto deste Termo de Referência, em estrita observância às especificações existentes;

13.2- Ter disponibilidade dos produtos licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas;

13.3- Cumprir o prazo estipulado para entrega do produto;

13.4- As possíveis complicações deverão ser assumidas pela Contratada, inclusive os custos gerados pelas mesmas;

13.5- Indicar preposto, tão logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados;

13.6- Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros, julgáveis necessários, para recebimento de correspondência;

13.7- Comunicar, imediatamente, à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, setor de compras, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o fornecimento, para adoção de medidas cabíveis, bem como detalhar todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;

13.8- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência;

13.9- Responsabilizar-se, integralmente, pelo fornecimento contratado, nos termos da legislação vigente;

13.10- A firma vencedora só poderá exercer a atividade de fornecimento de GLP se possuir autorização/declaração para tal;

Assinatura de Carvalho
Secretaria de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL

Comissão Permanente de Licitação	Processo Nº
104	104



13.11- A firma vencedora será responsável pelo transporte do material até o local de entrega e os veículos utilizados para tal deverão obedecer às normas vigentes ANTT de transporte de gás liquefeito de petróleo;

13.12- Possuir instalações e equipamentos aprovados para armazenamentos e manuseio das botijas P13 e cilindros P45, obedecendo todas às normas de segurança;

13.13- Responder por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas, seus empregados e/ou terceiros;

13.14- Responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, empregados, prepostos ou subordinados;

13.15- Manter reserva técnica de veículos para suprir os casos de emergência, ficando a cargo da empresa contratada todas as despesas com manutenção e reposição de peças dos veículos;

13.16- Manter durante toda execução do CONTRATO, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

13.17- Por descumprimento total ou parcial da obrigação contratada e assumida serão aplicadas à CONTRATADA, as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação.

14 . CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, o Fundo Municipal de Assistência Social pagará a importância total que vier a ser pactuada em parcela única, no prazo de 30 dias a contar da entrega solicitada, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada por dois servidores da contratante e acompanhada de todos os recibos das entregas ocorridas durante o período.

15. DA FISCALIZAÇÃO

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização e avaliação dos produtos, pela Zeladoria e Patrimônio, diretamente ou por prepostos designados. Havendo desacordo com as especificações, detalhamento e condições constantes deste termo, ficam sujeitos à aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos, no contrato e de mais sanções cabíveis.

Rodrigo de Oliveira Carneiro
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL



Comissão Permanente de Licitação	Fls. 105
Processo nº	Rubrica: Rep.

16 - DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- O transporte de cargas especiais e perigosas em rodovias, na qual se enquadra o transporte de gás liquefeito de petróleo constitui esfera de atenção da ANTT, de acordo com a lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001.

16.2- As normas disciplinadoras deste Termo serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança.

16.3- A contratada deverá conhecer todo o termo disposto acima para evitar o descumprimento e/ou execução de obrigações contratuais alegando desconhecimento de informações.

Campos dos Goytacazes, 03 de Outubro de 2022.

Ana Paula Manhães Barreto
Gerente de Compras
Matr.: 40.324

Ana Paula Manhães Barreto
Gerente de Compras
Matr.: 40.324

Dr. Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Matr.: 40.442

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Matr.: 40.442